

Estudo Técnico Preliminar 64/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-726.744/2024-98

2. Descrição da necessidade

Manutenção de elevador da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Manaus/AM.

Classificação como serviço comum de engenharia. Trata-se de atividades desempenhadas por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importa em utilidade para a Administração, mas não constitui obra, ou seja, não importa em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Trata-se de um conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional habilitado, seja arquiteto, engenheiro ou técnico especializado, que envolve o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, e cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente estabelecidos pela Administração, através de especificações usuais do mercado, bem como os serviços serão executados segundo a metodologia, os protocolos, técnicas e boas práticas conhecidas e regulamentadas em normas e a qualidade do trabalho será aferida e atestada através do confronto com as referidas normas técnicas, e mesmo que haja variações de metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado planejado pela Administração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPOL / DRF / MNS	Aline Pozzetti de Barros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Termo de Referência.

- CATSER 16691 - Inspeção e avaliação de manutenção - elevador / escada rolante

Adotou-se a empreitada por preço global, em virtude da definição das quantidades dos serviços a contratar, serem obtidas previamente com boa margem de precisão, bem como as medições e pagamentos serão realizados através de etapas pré-estabelecidas e de fácil aferição, priorizando o controle de qualidade da execução das atividades.

A mediana das cotações de fornecedores locais foi utilizada como método para obtenção do preço estimado, de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI /MPDG nº 65, de julho de 2021. Assim, não se aplica análise de BDI, regime tributário desonerado ou não, nem curva ABC.

Para habilitação técnica, serão exigidos atestado de:

1. Registro da empresa no CREA ou CAU
2. Atestado de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a **execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores**, com escopo similar ao objeto desta licitação, em períodos sucessivos ou não, por um **prazo mínimo de 3 (três) anos**. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, dois anos do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
3. Comprovação da capacidade técnico-operacional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de responsabilidade Técnica – ART, relativo à execução dos serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação: manutenção preventiva e corretiva em elevadores.

Será aceito somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados.

A empresa licitante poderá realizar vistoria no local para tomar conhecimento das condições locais para realizar a formulação de sua proposta ou poderá apresentar declaração que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto, de modo que se responsabilizará pelos valores apresentados em sua proposta, bem como não poderá alegar quaisquer questionamentos futuros que ensejam em desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, que implique na solicitação de revisão, reequilíbrio econômico-financeiro e/ou de termo aditivo ao contrato em virtude da eventual não realização de vistoria no local. Cabe salientar, que não foi exigida a obrigatoriedade da vistoria para não restringir o caráter competitivo da licitação.

Será vedada a subcontratação dos serviços.

Será exigida a comprovação PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO sobre o valor total estimado da contratação. Busca-se escolher fornecedores com solidez financeira para cumprir as obrigações do contrato, evitando possível inadimplência e reduzindo risco de problemas na execução do contrato. Adotou-se o percentual de 10% para a comprovação de patrimônio líquido mínimo sobre o valor total estimado, para aumentar ao máximo a segurança financeira da contratação, conforme padrão adotado neste órgão para os Editais anteriores.

Será VEDADA a participação de consórcios. O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência especialmente para obras de grande vulto ou alta complexidade. Porém, o presente serviço é comum e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação, em prestígio aos princípios da economicidade e razoabilidade.

Será proibida a participação de cooperativas, pois os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Será exigida garantia da execução com o intuito de cobrir quaisquer imprevistos oriundos da inexecução total ou parcial do objeto, bem como dirimir eventuais prejuízos que possam ser causados à administração. Também para garantir a cobertura de eventuais riscos ao patrimônio público, bem como assegurar o fiel cumprimento das obrigações da contratada.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito pelo engenheiro responsável pela elaboração do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira, da SAENG. Essa decisão segue novo padrão nacional da DIENG e se baseia em diversas considerações estratégicas e operacionais que visam a otimização do processo e a obtenção de resultados eficazes. A seguir, destacam-se algumas razões para justificar essa abordagem:

Especialização e Conhecimento Técnico: Especialistas em projetos de engenharia geralmente possuem expertise e conhecimento técnico aprofundado no setor. Isso os capacita a compreender as necessidades específicas e a identificar as melhores soluções no mercado para atendê-las.

Economia de Tempo: Ao atribuir a responsabilidade do levantamento de mercado ao projetista, elimina-se a necessidade de envolvimento de terceiros, o que agiliza o processo. O projetista já terá familiaridade com as demandas, reduzindo etapas intermediárias.

Coerência e Consistência: O engenheiro pode garantir que o levantamento de mercado seja realizado de forma consistente e alinhada com os requisitos do serviço. Isso minimiza o risco de informações conflitantes e incompatibilidades no processo.

Integração e Sinergia: A pessoa que realiza tanto o levantamento de mercado quanto a elaboração do projeto de engenharia tem a capacidade de integrar as informações coletadas de forma direta e eficaz, o que pode favorecer coesão e eficiência.

Confidencialidade e Segurança de Dados: A contratação de terceiros para o levantamento de mercado pode envolver a partilha de informações sensíveis. Ao manter o processo sob a responsabilidade do projetista, é possível mitigar riscos de vazamento de informações eventualmente confidenciais.

Responsabilidade Única: A atribuição da tarefa de levantamento de mercado ao projetista simplifica a gestão do contrato, uma vez que a mesma pessoa se torna responsável por várias fases, do levantamento inicial à entrega final.

Economia de Recursos Financeiros: Evitar a contratação de um terceiro para o levantamento de mercado pode resultar em economia de recursos financeiros, uma vez que elimina a necessidade de gerir contratos adicionais e custos associados a terceirizações.

Assim, considerando as vantagens em termos de eficiência, qualidade, integridade dos dados e economia de recursos, a realização do levantamento de mercado pelo projetista se mostra uma abordagem prática e estratégica para o sucesso do projeto de intervenção nos imóveis da Receita Federal.

6. Descrição da solução como um todo

Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Termo de Referência. Os serviços deverão ser executados para a Delegacia da Receita Federal em Manaus/AM.

A execução dos serviços deve ser desenvolvida integralmente pelo corpo técnico da empresa a ser contratada, em função de suas especificidades e responsabilização técnica decorrente do serviço e da integração entre os projetos a serem produzidos.

O recebimento será realizado pelo fiscal técnico. Para todas as etapas, a conclusão deverá ser comunicada por escrito. Quaisquer dúvidas e/ou divergências de ordem técnica deverão ser dirimidas preferencialmente com o Fiscal Técnico e as demais com o Gestor do Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Detalhamento completo e exaustivo no IMR, Plano de Manutenção Preventiva e Termo de Referência.

5.8. Os seguintes prazos mínimos e máximos entre duas manutenções de caráter preventivo deverão ser observados:

Manutenções mensais – mínimo de 25 e máximo de 35 dias;

Manutenções trimestrais – mínimo de 80 e máximo de 100 dias;

Manutenções semestrais – mínimo de 160 e máximo de 200 dias;

Manutenções anuais – mínimo de 335 e máximo de 365 dias;

Manutenção Corretiva

Prioridade	Prazo Máx. de Atendimento	Tipos de Ocorrências
Nível I	1 Hora	Ocorrências que impedem o funcionamento da Unidade ou acarretam o risco iminente de impedimento total ou as classificadas pela RFB como emergenciais.
Nível II	3 Horas	Ocorrências que comprometem parcialmente o funcionamento da Unidade, e que poderão vir a agravar em um espaço de tempo.
Nível III	24 Horas	Ocorrências que não comprometem o funcionamento da Unidade, porém incomodam os usuários ou ainda prejudicam a imagem da RFB.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 471.000,00

A Planilha Orçamentária foi elaborada por Engenheira SAENG, Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira, e a metodologia de preço está descrita no item 4 do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes:

O preço estimado foi definido de acordo com o que prescreve a Instrução Normativa SLTI/MPDG n° 65, de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas de contratações similares e também junto às empresas do mercado prestadoras deste tipo de serviço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será organizada em item único para que todos os serviços fiquem vinculados a um único contrato e um único fornecedor, devido à completa interação e interdependência de todos os serviços envolvidos. Essa decisão se embasa em diversas considerações fundamentais que refletem a complexidade e a interdependência dos serviços envolvidos, com destaque para:

Interdependência dos Serviços: Os serviços necessários para a intervenção nos imóveis da Receita Federal do Brasil são intrinsecamente interdependentes. Cada elemento está diretamente relacionado a outros, de modo que qualquer modificação ou atraso em um serviço afetaria o andamento do todo. Isso torna a divisão dos serviços em múltiplos contratos impraticável e ineficiente.

O serviço envolve um conjunto de trabalhos técnicos específicos, indivisível por sua natureza de integração e absoluta necessidade de compatibilidade entre suas partes. Isso torna inaplicável a divisão em diferentes lotes.

Coordenação Unificada: A organização em um único contrato permite que a empresa contratada assuma a responsabilidade total pela coordenação e execução de todos os serviços. Isso garante uma gestão mais eficaz e uma única fonte de responsabilidade, simplificando a comunicação e a resolução de problemas durante o desenvolvimento do projeto.

Redução de Riscos: A concentração de todos os serviços em um único contrato reduz potenciais riscos de coordenação e conflitos entre diferentes contratados. Isso minimiza a probabilidade de atrasos, conflitos de interesses e litígios, resultando em maior previsibilidade e controle.

Economia de Recursos Financeiros: A contratação de um único fornecedor, em vez de vários, pode levar a economias significativas em termos de custos administrativos e operacionais, uma vez que elimina a necessidade de gerir múltiplos contratos e processos de licitação.

Facilidade na Tomada de Decisões: Uma única empresa contratada simplifica o processo de tomada de decisões, o que é crucial. Evita-se a necessidade de coordenar diversas partes interessadas e garantir o alinhamento de diferentes visões e abordagens.

Garantia de Coerência e Qualidade: Com um único fornecedor responsável por todos os serviços, há uma maior probabilidade de garantir que todas as partes sigam uma visão unificada, mantendo a coerência e a qualidade em todas as etapas do processo.

Portanto, diante da profunda interdependência dos serviços, das vantagens em termos de coordenação, controle de riscos e economia de recursos, a decisão de não parcelar a solução e licitar em item único se justifica como a abordagem mais eficaz e eficiente para a realização da intervenção nos imóveis da Receita Federal.

Considerando o agrupamento em dois itens, o valor de cada um ultrapassa o limite de R\$ 80 mil e, portanto, toda a licitação deverá ser “ABERTA” para qualquer empresa em todos os grupos e itens, nos termos da Lei Complementar 123/2006, art. 48-I. Também restou ultrapassado o limite anual para dispensa de baixo valor em serviços de engenharia.

Lei Complementar 123/2006. Art. 48 (...) I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Lei 14.133/2021. Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores

(...) Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Decreto 11.317/2022. Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo. (...) Art. 75, caput, inciso II: R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Há previsão dessa natureza de despesa no Plano Contratações Anual – PCA 2024, conforme comprovante anexo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A manutenção preventiva deve ser realizada periodicamente para prolongar a vida útil dos equipamentos, garantir seu funcionamento adequado, assegurar a segurança dos passageiros e prevenir possíveis falhas. Por outro lado, a manutenção corretiva é

realizada em caráter de urgência após uma pane ou falha no equipamento, com o objetivo de resolver o problema e restaurar o funcionamento normal do elevador.

No âmbito federal, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é responsável por definir os requisitos técnicos para a instalação e manutenção desses equipamentos. No entanto, a aplicação dessas normas é determinada pelos órgãos municipais. Em geral, todas as cidades seguem as recomendações estabelecidas pela associação.

A contratação desses serviços é indispensável para garantir a segurança dos passageiros e prolongar a vida útil dos elevadores do Complexo Fazendário em Manaus.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há critério especial de sustentabilidade padronizado para este serviço no Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF.

15. Demais itens de análise

A. CLASSIFICAÇÃO

Documento público de livre acesso.

B. LISTA DE NORMATIVOS

As principais normas pertinentes à matéria são: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), Decreto nº 3.722/2001 e IN/SLTI/MP nº 02/2010 (SICAF), IN/SLTI/MP nº 01/2010 (critérios de sustentabilidade), Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015 (micro e pequenas empresas), normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

De forma residual, aplica-se analogia para: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000 (Pregão), Decreto nº 5.450/2005 e IN/SLTI/MP nº 03/2011 (pregão eletrônico), Decreto 10.024/19 (Pregão para serviços comuns de engenharia), Lei nº 9.632/1998, Decreto nº 9.507/2018, Portaria MP 443/2018 e IN/SEGES/MP nº 05/2017, validada pela IN/SEGES/ME nº 98/2022, (contratação de serviços),

C. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O TCU recomenda o uso preferencial da modalidade Pregão Eletrônico para serviços comuns, como no presente caso. Trata-se de serviço técnico de Engenharia, que necessita da participação e acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei 5.194/66, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

A legislação orienta adotar o SRP sempre que possível, mas não se vislumbra hipótese para o cabimento dessa modalidade: a demanda é certa e o objeto é muito específico e não permite participação de outros órgãos. Assim, será adotada a modalidade de Pregão tradicional.

Lei 14.133/2021. Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; II - **processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;**

Decreto 7.892/13. Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses: I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

D. MINUTAS DE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E CONTRATO

Foram utilizadas as minutas padrão disponíveis no site da AGU. Há Termo de Responsabilidade juntado nos autos.

E. ALÇADA ADMINISTRATIVA

O art. 2-M da Portaria RFB nº 224, de 7 de fevereiro de 2019, define regra de alçada para contratos de custeio. Como o valor global do contrato está abaixo de R\$ 1 milhão, a autorização é feita pelo Superintendente.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Especificações técnicas formalizadas. Termo de Justificativas Técnicas Relevantes assinado. Recurso reservado. Autorização firmada pela autoridade competente.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 31/07/2024 às 20:23:43.